

**RECUPERANDO O RITMO, SEM INTERRUPÇÕES** ACORDO PERMITIRÁ QUE O CONSÓRCIO QUESTIONE CADA ITEM APONTADO COMO IRREGULAR PELO TCU, ENQUANTO A OBRA É TOCADA

# Acordo abre caminho para obra do aeroporto. Será que agora decola?

Consórcio depositou garantia bancária de R\$ 43 milhões imposta pelo Tribunal de Contas

RITA BRIDI

rbridi@redgazeta.com.br

O fim de uma novela de seis meses parece estar próximo: as obras do Aeroporto de Vitória, suspensas desde o dia 24 de abril último, devem ser retomadas nos próximos dias. O caminho para o retorno ao canteiro foi aberto com a finalização do acordo entre o Tribunal de Contas da União (TCU), a Infraero e o consórcio responsável pelo projeto, que já depositou a garantia bancária de R\$ 43,9 milhões, valor apontado pelo TCU como sobrepreço. O depósito substitui a retenção de parte dos valores a serem pagos pelos serviços realizados.

A informação a respeito do fechamento do acordo é do senador Renato Casagrande e lhe foi repassada pela diretoria da Infraero, em Brasília. "A expectativa da Infraero é de que as obras sejam retomadas



**OBRA ÀS MOSCAS.** Impasse entre empreiteiras, Infraero e Tribunal de Contas durou cerca de seis meses. FOTO: EDSON CHAGAS/16-08-2007

na próxima semana, porque o TCU fez a revisão do acórdão anterior, pondo fim ao impasse que persistia há meses", explicou o senador.

O acordo, segundo Casagrande, permitirá que o consórcio questione cada item apontado como irregular pelo TCU, en-

quanto a obra é tocada. Se, ao final da negociação de cada um dos itens questionados, for constatado sobrepreço, o valor correspondente sai da conta da garantia bancária e vai para os cofres da União.

O gerente de Empreendimentos da Infraero em Vitó-

ria, José Roberto Jung Santos, não retornou aos vários pedidos para falar a respeito do assunto. No escritório da Infraero, no canteiro de obras, em Jardim Camburi, a informação foi a de que Jung passou o dia reunido com os representantes do consórcio.

**OS FATOS.** Na vistoria realizada pelo TCU, em julho de 2006, foram constatadas várias irregularidades no contrato assinado pela Infraero com as construtoras Camargo Corrêa, Mendes Júnior e Estacon. Entre as irregularidades, sobrepreço de R\$ 43,9 milhões, que

resultou na decisão do TCU de retenção de 13% a 20% dos valores a serem pagos por serviços prestados.

A retenção, iniciada em outubro de 2006, somava cerca de R\$ 5 milhões, em abril deste ano. O consórcio, alegando insegurança jurídica do contrato, decidiu suspender as obras, enquanto questionava na Justiça a medida cautelar que determinou a retenção do valor. O presidente da Infraero deu ao consórcio o prazo de 48 horas para a retomada das obras, mas a decisão não foi acatada.

Em setembro saiu o acórdão do TCU, que, além de manter os efeitos da medida cautelar, determinou que o consórcio e a Infraero negociassem a redução dos preços até o valor de R\$ 43,9 milhões. A Infraero e o consórcio questionaram o acórdão do TCU, enquanto a obra continuava parada.

No mês passado, o governador Paulo Hartung acompanhou a bancada federal capixaba na audiência concedida pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Um dos pontos da pauta de reunião foi a obra do aeroporto. A ministra demonstrou desconforto pela situação, mas garantiu aos participantes do encontro que a retomada das obras era ponto de honra para o governo.